

Processos de análise narrativa: Desenvolvimento e personalidade como *ser-em-estórias*

Paulo Renato Jesus¹

¹Universidade Lusófona do Porto

A “narratividade” tornou-se uma abordagem transversal a diversas áreas da Psicologia, remetendo para conteúdos assaz heterogéneos, nomeadamente: um paradigma epistemológico geral (concebendo a Psicologia como “ciência do sentido vivido”), uma teoria psicológica da personalidade ou do desenvolvimento, uma “família” de metodologias de investigação e um modelo de intervenção psicológica (visando a “reescrita de estórias de vida”). Contudo, se nos centrarmos especificamente na intersecção entre psicologia da personalidade e psicologia do desenvolvimento, o paradigma narrativo oferece um ângulo teórico-metodológico que permite aceder a processos semióticos de auto-representação, essenciais para compreender a organização da personalidade e um dos seus eixos dinâmicos de desenvolvimento. Neste sentido, o objectivo do presente texto consiste em rever e avaliar algumas das posições teóricas e dos métodos de recolha e de interpretação de dados psicológicos narrativos que se têm revelado pertinentes para o estudo da construção da identidade pessoal.

Palavras-chave: estórias de vida, narrativa, identidade, semiótica.

A metáfora do *drama teatral* exprime bem a ideia de uma concepção relacional do “sentido” como tem sido exposta pelo construcionismo social: o esvaziamento estrutural do sujeito e da identidade, inaugurando uma ontologia dramática (da instabilidade e do processo), em que o sujeito-centro-agente, denso de um certo essencialismo, se dilui numa pluralidade móvel de relações, um “modo de ser” *multiplex*, dialógica e ecologicamente situado e distribuído, plenamente “*saturado*” de presenças, trânsitos e alteridades (Bruner, 1990; Gergen, 1992). Toda a prática e todo o discurso do sujeito seguem “guiões relacionais”, derivam do facto de estarem totalmente inscritos em “formas relacionais” e emergem sempre – é a sua condição de possibilidade – como “configurações co-construídas” (Gergen, 1994; Gergen, 2009) em que há uma “intencionalidade partilhada” e uma sensibilidade atenta ao evoluir da conversação, tendo cada interlocutor a missão relacional de se apresentar como um “respondente responsável” que *sabe-como* apropriar-se (pois, em última instância, é um *know-how*) do texto cultural do “individualismo possessivo”: a voz do actor/autor.

1. ANÁLISE TEÓRICA: A IDENTIDADE NARRATIVA

A transformação da subjectividade num conjunto de “realidades conversacionais” de substância semiótica e pública inspira-se nas *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein (1953), que marcariam a crise da representação e da transparência mundo/palavra (a complicação da equação visão/representação) e a crise da linguagem-medium em favor de uma linguagem-drama que seria um fazer-com, um jogo de signos. Esta compreensão da linguagem e do sentido como forma de vida e de acção social integra os contributos clássicos de Austin e Searle sobre a performatividade do dizer: a sua “força ilocutória” e a sua eficácia “perlocutória”. Assim, ao modo de uma hermenêutica da suspeita e da restauração, a psicologia do sujeito semiótico-dramático revela a estrutura de uma ilusão: a ilusão de se ser “algo”, resultante da reificação do “eu”, que é meramente gramatical e retórico (um deíctico não-referencial) como é o caso de todo o vocabulário psicológico (Harré, 1989; Harré & Gillet, 1994). Proposições na primeira pessoa do singular não são “expressão” de uma entidade, mas antes o sinal do “desempenho/performance” de uma determinada co-construção, pela qual se entra num drama onde os actores não têm poder dramático absoluto, embora seja aí que – *prescritivamente* – as suas identidades se definem. Esta “ontologia diáfana” do sujeito não-dramaturgo absoluto, mas antes configuração de *dramatis personae*, refuta o dualismo e abre um processo dialéctico e dialógico entre dois plurais: o eu-actores e o eu-personagens ou entre *I’s* e *Me’s* como constituintes do *self* (para utilizar o léxico de James e Mead). Esta dialéctica e esta dialógica favorecem as emergências dinâmicas imprevisíveis, as morfogéneses criativas, onde se detecta a auto-transcendência e a parcial “arte de fuga” do actor/autor, que dá corpo a diversos recursos dramáticos, recriando-os e singularizando-os, ao modo de um “poeta forte” (segundo a expressão nietzscheana) que leva a sua Língua, onde esta nunca tinha ido, a sentidos novos. Numa perspectiva onto-semiótica monista radical, peirceana, tanto o dramaturgo como o eu-actor são “sempre já” posições dramáticas no interior de um enredo plural de relações e estórias. O sujeito – a identidade, a consciência, o *self* – existe como fenómeno discursivo, como competência e performance comunicacional para se auto-designar e auto-apresentar *como se fosse* “um princípio actancial permanente”. Esta é a competência fundamental para se poder participar na vida social: um *saber como usar* as convenções linguísticas, as normas pragmáticas, os recursos gramaticais que criam essa figura retórica do agente intencional, responsável, uno,

racional e livre. Neste contexto, a psicogénese é uma semiogénese: dinâmica concrescente de signos. A psicologia deveria, portanto, metamorfosear-se numa “etnografia da linguagem psicológica”: o estudo dos discursos ou “textos de identidade” no seu estado vocal original, “sobre-realista” e polifónico.

Ao compreender-se como estruturalmente comensuráveis o discurso privado (o suposto monólogo da consciência) e o público (o encontro dialógico das *personae*), estabelece-se uma ontologia dramática da subjectividade – que será “inter-jectividade” – onde o “sujeito/interjecto” é um signo vivo, com estruturas energético-semânticas profundas e superficiais. O universo dramático desdobra-se “miticamente”, como novelo imbricado de signos narrativos (*mitos*), de modo que a identidade biossemiótica, eco-dialógica (multidão de personagens e de actores) se apresenta como um dizer/agir ou um *fazer-sentido narrativamente*, entrelaçando em *estórias* a poliglossia das vozes, a polifonia dos cantos e a polirritmia dos gestos de dança (Bahktin, 1981; Bruner, 1990; Freeman, 1993, 2007; Hermans & Kempen, 1993; Polkinghorne, 1988).

1.1 A ipseidade como *ser-em-estórias*

Ao conjugar *Tempo e Narrativa*, Paul Ricœur (1983, 1984, 1985) é animado por uma hipótese forte segundo a qual “entre a actividade de contar uma estória e o carácter temporal da experiência humana existe uma correlação que não é puramente accidental, mas que apresenta uma forma de necessidade transcultural. Ou, por outras palavras: *o tempo torna-se humano na medida em que é articulado num modo narrativo e a narrativa atinge a sua significação plena quando se torna uma condição da existência temporal*” (Ricœur, 1983: 105). Todavia, Ricœur parte, por um lado, da análise augustiniana do tempo como *intentio* e *distentio animi*, que revela um “presente triplo” (memória, visão e espera), internamente dilacerado pela *auto-discordância*, e, por outro lado, da análise aristotélica da composição da intriga (*mythos*), através da “imitação criadora” (*mimesis*), que produz uma construção lógica liberta das aporias do tempo vivido, isto é, um todo narrativo *concordante* “resolvendo” as discordâncias existenciais. A mediação entre tempo e narrativa é encontrada no seguimento dos três momentos da *mimesis*: prefiguração do campo prático (*mimesis I*), configuração textual (*mimesis II*) e refiguração do campo prático pela recepção da obra (*mimesis III*) (Ricœur, 1983: 93-104).

A *mimesis I* refere-se à pré- ou proto-compreensão do agir humano, à sua semântica, às suas mediações simbólicas e ao seu carácter temporal, que são condição da actividade mimética propriamente dita, ou seja, da *mimesis II*, imitação inventiva ou metafórica, poética e mitificante, configuradora da acção (Ricœur, 1983: 108-125). A intriga é uma “síntese do heterogéneo”, sendo mediadora entre os acontecimentos individuais e a “totalidade inteligível”, entre os elementos paradigmáticos virtuais e a ordem sintagmática, e entre os episódios (*peripeteia*) e a estória (*mythos*). Temporalmente, a intriga possibilita a transformação da aporética augustiniana (*intentio-distentio*) numa dialéctica viva entre a dimensão episódica (cronológica) e a configurante estrutural (não-cronológica), complicando o tempo ao modo da *Sorge (cura sui)* heideggeriana (Heidegger, 2008: 235-244), sobretudo quando se reconta uma estória recorrendo-se, interpretativamente, a elipses e pausas, a prolepses e analepses (Ricœur, 1983: 125-135). A *mimesis III* significa a “restituição da narrativa ao tempo do agir e do sofrer” para uma “refiguração” transformadora do mundo e da experiência dos ouvintes ou leitores, sendo deste modo que o próprio sentido da narrativa se revela simbolicamente eficaz (Ricœur, 1983: 136-138). Este esquema dos três estádios da *mimesis* pode ser utilizado como grelha de leitura da experiência narrativa ou como estrutura do *ser-em-estórias*.

Mimesis I: a instância dramática ou o ser-em-estórias como habitus

O narrador encontra-se “sempre já” a meio da narração, totalmente inscrito num excesso de narrativas e de sentido, que sobrepoe toda a acção e que constitui o mundo, não havendo experiência possível numa qualquer imediatidade reflexiva pré-semiótica. A este propósito, Ricœur (1983: 141-143) fala de uma “narratividade incoativa” que, primordialmente, estrutura a experiência quotidiana sob a forma de “estórias (*ainda*) não contadas”, “estórias que pedem para ser contadas”, estórias em que se está “incrustado” (*enchevêtré*), mostrando-se esta “incrustação-em-estórias” como a “*pré-história* da estória contada”, como a “*imbricação viva* de todas as estórias vividas” donde emergem todas as estórias narradas e, com elas, o próprio sujeito narrador. O aspecto dramático da narratividade radica na passividade originária do estar-incrustado-em-estórias que institui um *habitus* irrecusável. A narratividade pode entender-se como constituinte fundamental de toda a compreensão e inteligibilidade, mesmo a um nível pré-reflexivo ou ante-predicativo. Sarbin (1986: 8) refere-se a um “princípio narrativo” (*narratory principle*) como organizador de toda a conduta

humana: “os seres humanos pensam, percebem, imaginam e tomam opções morais de acordo com estruturas narrativas”. Em toda a acção humana haveria, implícita ou explicitamente, o recurso a uma “intriga” (*plot*), como se houvesse uma “*Mimesis*-natureza humana”, um *homo fabulans*. A *mimesis I* remete ainda para o repertório de *jogos de linguagem* onde o “sentido” preexiste ao sujeito singular, sob o modo de práticas sociais, susceptíveis de aprendizagem, de apropriação e de transgressão criativa que fazem emergir todos os fenómenos subjectivos sempre *in medias res*.

Mimesis II: a instância mítica ou o ser-em-estórias como actus

O sujeito é narrador das suas estórias vividas. Porém, apesar da continuidade necessária entre as estórias vividas e as estórias narradas, o acto de narração implica a instituição configurante do *mythos* (a produção de um enredo) que cria uma inovação semântica funcionando como uma metáfora. Esta metaforização “mitificante” não se fecha na imanência de um sistema de signos, mas projecta-se performativamente sobre um mundo e uma experiência recriados. No entanto, dada a natureza comunicacional da narração, toda a performance auto-referencial, tal como todo o sentido, têm uma matriz dialógica, sendo co-referência e co-construção de sentido – transporte conjunto e partilhado da experiência à linguagem (Ricoeur, 1983: 146-149). Gergen (1994; 2009) tem insistido na natureza relacional ou “comunitária” da criação do sentido e da narrativa, opondo-se ao “textualismo essencialista” de Derrida segundo o qual, contra o *logocentrismo* e contra o *fonocentrismo* da Metafísica da presença, o signo e a voz estão “sempre já” na diferença, remetendo sempre para outros signos num eco intra-semiótico infinito: um significante “presentificaria” sempre outro significante e não um significado, uma voz “presentificaria” sempre uma escrita, sendo portanto toda a presença habitada pela ausência (Derrida, 1967). A gramatologia cancelaria a hermenêutica: o sentido ficaria, então, retido nesse sistema de diferenças, nesse “texto absoluto” ou “metáfora total”, onde se torna inviável a ascendência ou descendência para a “fonte-origem-autor” ou a transcendência para o referente (como Ricoeur exige, 1983: 146-149) e onde o sentido se autonomiza – pois o texto narra-se a si mesmo através do narrador –, diluindo-se o evento relacional da interlocução ou da escrita e da leitura no feitiço encantatório do texto. Feitiço esse que Gergen (1994, 2009) pretende quebrar apelando para a estrutura e para a prática relacional do sentido, propondo a metáfora da dança ou do jogo, próxima da alegoria clássica do grupo de *jazz*, para

defender a necessidade da existência de coordenação e de “constrangimento mútuo” (*mutual constraint*) na actividade criadora do sentido.

A inteligibilidade distintiva da “mitificação” consiste no estabelecimento da “verosimilhança vivencial” (*lifelikeness*) do *mythos* narrado (Bruner, 1986: 11-14) através da ordenação temporal das acções e acontecimentos seleccionados em função de um determinado estado final, podendo as linhas actanciais da narrativa seguir vários padrões direccionais que diferenciarão os diversos géneros dramáticos e narrativos (tragédia, comédia, epopeia, romance, novela, conto). A identificação dos elementos definidores do texto narrativo, da sua estrutura e funcionamento (supostamente “universais”), é a tarefa de uma gramática narrativa transcultural, que tem assumido várias figuras homólogas, desde os trabalhos dos formalistas russos (nomeadamente V. Propp) até ao estruturalismo antropológico de Lévi-Strauss (1964) e ao estruturalismo semionarrativo de Greimas (1966) com o seu modelo actancial, organizado pelos pares sujeito/objecto, adjuvante/oponente, destinador/destinatário. Contudo, a “verdadeira” inteligibilidade narrativa não é de natureza estrutural-sintáctica, acrónica, universal, mas funcional-pragmática, diacrónica, idiossincrática, emergindo ao longo de um processo criativo em que os participantes entretecem as suas estórias num tear comum. A narrativa é a habitação e o veículo em que é preciso instalar-se e morar para que um *self* ou uma vida se torne exprimível e inteligível. Porém, dada a sua realização discursiva e relacional, esta forma de inteligibilidade é profundamente dinâmica e alterante: o acto narrativo é “complicado” pela intersecção de estórias tendencialmente irreconciliáveis que desmultiplicam o narrador e os actores num perspectivismo co-extensivo ao espectro da práxis dialógica. Vida (*Leben*), expressão (*Ausdruck*) e compreensão (*Verstehen*) constituem um ciclo hermenêutico (Dilthey, 1992; Jesus, 2003).

Mimesis III: a instância poética ou o ser-em-estórias como virtus

O narrador é re-poetizado pela narração: quando as narrativas se tornam pessoais (*self-narratives*) adquirem uma potência re-significadora da vida, acontecendo, assim, uma re-criação identitária, uma re-descrição “mítica” do vivido. A apropriação de uma estória de vida cria uma identidade pessoal, é esta a “virtude poética” do *mythos*. Ricœur (1985, 1990) e MacIntyre (1985) crêem que uma pessoa só é identificável narrativamente e, deste modo, distanciam-se simultaneamente das concepções fundacionalistas da identidade forte (identidade-*idem*) e das posições empiristas e analíticas, que, absortas pela ideia da descontinuidade e da implosão de todo o

fundamento, não concebem nenhum processo de auto-identificação e de auto-reconhecimento. Desenvolvendo a tese central de que “o homem é essencialmente um animal contador de estórias (*a story-telling animal*) quer nas suas acções e práticas quer nas suas ficções”, MacIntyre (1985: 216-218) entende que ser-se alguém é habitar uma personagem (*character*), ser capaz de responder (*to be accountable*) e de perguntar pelas acções que definem um determinado itinerário diegético-práxico. É esta competência de “responsabilidade” (*accountability*) que constitui a unidade da personagem e a possibilidade da narrativa e do sentido. Compreende-se, portanto, que Ricœur (1985: 442-447) tome a identidade como uma “categoria da prática”, isto é, como resposta – necessariamente narrativa – à questão: “*Quem faz a acção X? Quem é o seu agente, o seu autor?*” Pois, responder com um nome próprio implica que se indique o “suporte evanescente” de tal nome próprio, justificando a sua “permanência” ao longo de uma vida. Ora, a resposta transforma-se naturalmente numa *estória de vida*, sendo ela que propriamente diz o “*quem da acção*” (Ricœur, 1985: 442). “*A própria identidade do quem não é senão uma identidade narrativa*” – a identidade-*ipse* ou *ipseidade*, a “identidade dinâmica saída da composição poética de um texto narrativo”, a identidade do “próprio” (*soi-même* ou *self*), “refigurado pela aplicação reflexiva das configurações narrativas” (Ricœur, 1985: 443). O labor reflexivo e poético, pelo qual o sujeito incorpora as metáforas e mitos e se apropria de “si-mesmo” através delas, é o evento natal da identidade narrativa. Aqui, jaz uma potencialidade de auto-inovação virtualmente infinita.

Há, contudo, um fenómeno inexorável de desposseção narrativa e que concerne a “saturação” e a superabundância dos mitos e das intertextualidades em qualquer comunidade dialógica de autores/escritores e ouvintes/leitores de estórias de vida. De facto, Ricœur, embora distinga cuidadosamente o projecto historiográfico e o projecto literário – a história e a ficção –, entende que ambos se intersectam e que a identidade narrativa será mesmo o rebento frágil que nasce da sua união. É, assim, que uma pessoa pode redescrever-se ou re-poetizar-se narrativamente de modos muito diversos, senão mesmo antagónicos, ao longo da sua vida, pois cada redescção narrativa de si mesmo é sensível à situacionalidade ecológica e dialógica da narração e aos projectos de acção que os narradores/actores pretendem realizar. Por “desposseção narrativa da ipseidade”, designar-se-ia o excesso de sentido capaz de conferir à narrativa o poder de

devorar o seu narrador, fundindo a história e a ficção, a vida e a arte. A figura-tipo, “vítima” desta voracidade, é o célebre *Don Quijote de la Mancha*, herói da imaginação, que *se fez* cavaleiro e biógrafo das suas aventuras, através da leitura de romances de cavalaria: a esta forma de “ser-se” chamar-se-á o *Princípio Quixotesco* em acção (Levin, 1970 cit. in Sarbin, 1986: 17; 1994: 8-9). Com efeito, a “indeterminação do passado” e a disponibilidade de instrumentos narrativos configurantes (recursos “míticos” culturais para implementar a *mimesis II*) prestam-se a uma reconstrução narrativa da identidade pessoal, isto é, à prática “quixotesca” da re-poetização ou da auto-experimentação.

As nossas estórias são sempre mais do que a soma do passado, são também um presente “determinado” (um presente futurando-se de *forma determinada*) que reconstrói – selectiva e interpretativamente – um dos muitos passados “possíveis”: daí que o sentido do passado venha do futuro que se adivinha como mais provável ou desejável. Assim, face ao “eu-rememorado”, o “eu-rememorante” tanto pode ser passivamente configurado como activamente configurador”. Na verdade, cada estória de vida procede não somente de um trabalho de estruturação intencional de sentido, mas também de emergência espontânea (não-controlável) de sentido – como as experiências traumáticas ilustram paradigmaticamente (Tengelyi, 2005). Em ambos os casos, assiste-se invariavelmente à co-construção do *próprio* pelo Tempo, pelo Outro e pela Estória: a passagem do *idem* à poética (dramática e mítica) do *ipse* (Jesus, 2008a).

2. ANÁLISE EMPÍRICA: ENTRE ESTRUTURAS E PROCESSOS

A análise empírica de estruturas e processos narrativos requer, numa abordagem epistemologicamente compreensiva da identidade pessoal, um tratamento integrado da tripla *mimesis* identificada por P. Ricœur como constituinte da construção identitária. Sob este prisma, a identidade pessoal – núcleo cognitivo e afectivo auto-referencial da personalidade – é uma estrutura semiótica de índole narrativa em contínuo processo de estruturação. Deste modo, a psicologia da personalidade que se dedica ao estudo das auto-representações ou auto-interpretações narrativas foca-se imediatamente um dinamismo desenvolvimental da organização da personalidade, considerando o sujeito como um processo aberto de produção de sentido (McAdams, 1996, 2006; Kegan, 1981). No entanto, tais auto-interpretações narrativas formam-se a partir de um património semiótico cultural, onde se inclui não só a rede semântica de temas e de

padrões típicos, mas também a própria “gramática narrativa” enquanto “gramática da acção” e dos motivos da acção (Burke, 1945). Portanto, a “configuração narrativa” de um sujeito concreto exprime mais do que um estilo idiossincrático de “redacção”, pois obedece ao espaço lógico-gramatical, no sentido de Wittgenstein (1953), inerente a uma comunidade histórica particular, que fornece uma “prefiguração” – muito concreta e contingente – das possibilidades narrativas dos sujeitos. Daí decorre que a psicologia do desenvolvimento da personalidade narrativa seja uma área interdisciplinar que se articula, entre outras disciplinas, com a psicologia cultural, a antropologia social e os estudos literários.

Embora analiticamente discrimináveis, os processos de prefiguração, configuração e refiguração não constituem processos realmente distintos, mas antes um só e mesmo processo: uma *mimesis tripla* ou tridimensional, ao invés de três *mimesis* independentes. Estas dimensões manifestam-se de forma intimamente coordenada e psicologicamente simultânea – sendo a sua articulação sincronizada e o seu funcionamento em *loop* contínuo que assegura a sua robusta e ubíqua eficácia simbólica. Obviamente, um projecto de investigação particular pode concentrar-se especificamente numa das três dimensões, obtendo daí um inegável benefício hermenêutico, mas sob condição de não fragmentar a unidade do ciclo psico-semiótico, tomando essa dimensão particular como um *ângulo* para perspectivar a integração holista.

2.1 Prefiguração: O ângulo da psicologia cultural da personalidade

Ao nível da “prefiguração” (*mimesis I*), revela-se fundamental caracterizar a arquitectura semântica das meta-narrativas identitárias (“crenças” ou “instituições de sentido” relativas ao “ser-pessoa”) disponíveis em determinada comunidade cultural, sejam meta-narrativas hegemónicas ou polémicas, coerentes ou contraditórias. De facto, estas meta-narrativas oferecem os recursos ou as matérias-primas semióticas que os sujeitos utilizam, implícita ou explicitamente, consciente ou inconscientemente, quando desenvolvem uma autoconsciência biográfica ou quando interpretam e avaliam o sentido de micro- ou macro-estórias de vida, próprias ou alheias, herdando as suas tensões insolúveis, aliadas a ambivalências e ambiguidades polissémicas.

A apropriação de uma “língua” – com a sua gramática e a sua “biblioteca” narrativa respectivas – transporta um sistema de categorias axiológicas e ontológicas que *instituem* o ideal regulador, teórico-prático ou interpretativo-moral, da “boa forma

narrativa” de uma vida. Tais categorias, que prescrevem as normas da exemplaridade, podem ser analisadas *directamente* ou *indirectamente*. Por análise directa, entenda-se o estudo das obras culturais valorizadas pela comunidade, como os monumentos literários ou artísticos que canonizam determinadas biografias ou entronizam determinados gestos heróicos. Por análise indirecta, entenda-se, por contraste, o estudo dos textos identitários culturais, reescritos no interior da auto-descrição narrativa singular, e a consequente avaliação dos seus efeitos psicológicos.

Uma forma privilegiada de aceder a esse estrato dinâmico de predeterminação semiótica consiste em efectuar uma recolha de histórias de vida junto de sujeitos com uma inscrição institucional forte. Pois, ao analisar-se os discursos e as práticas relativas à apresentação do “eu”, no seio da cultura de uma “instituição total”, isto é, numa instituição semioticamente estruturante e funcionalmente fechada (Goffman, 1961), compreende-se, da forma mais pregnante possível, através do estudo das categorias onto-axiológicas recorrentes nas auto-descrições narrativas dos seus membros (por exemplo, pacientes psiquiátricos, reclusos, militares, religiosos), que todas as histórias de vida são redigidas a partir de trajectórias idiossincráticas e de jogos de linguagem comuns. Por conseguinte, a tensão permanente, constitutiva da poética narrativa, consiste num esforço de leitura da singularidade da experiência recorrendo a um património histórico e contingentes de matrizes semióticas pré-constituídas (ou, melhor, pré-subjectivas) que tornam a experiência simbolizável e comunicável. A título ilustrativo, mencionemos a nossa investigação transversal-sequencial sobre o desenvolvimento identitário de seminaristas católicos portugueses (Jesus, 2008b) que pretende explorar precisamente essa tensão essencial, logicamente insuperável, onde se exprime não somente o trabalho de apropriação de uma “gramática teológica da acção”, mas também um campo de forças semióticas contrastivas, no qual se confrontam meta-narrativas ou ideologias identitárias heterogéneas, aspirando a uma harmonização improvável. Com efeito, os sujeitos recorrem simultaneamente a duas meta-narrativas com centros semânticos disjuntos e mutuamente desestabilizadores: uma centrada na autonomia e outra centrada na heteronomia (embora se trate de uma heteronomia interpretada como não-alienante, mas “realizante” enquanto heteronomia teónoma e eclesiónoma). Ou seja, noutros termos, a ideologia moderna da auto-determinação identitária livre defronta aí a ideologia institucional, teológica, que propõe a estrutura narrativa da “vocação” como narrativa “ortodoxa” articulada com uma “ortopraxia”:

diversos rituais comunitários de apropriação e de validação endo-cultural. A discordância das meta-narrativas gera incoerência cognitiva e conflito sócio-moral, que se traduz em histórias *sui generis* estruturadas pela ansiedade *vocacional* e pela indecisão auto-irónica. O *design* transversal-sequencial permite avaliar as diferenças inter-coortes e intra-sujeitos, no que respeita à configuração narrativa dessas tensões ideológicas ao longo do tempo, constatando-se, esperadamente, uma notória assimetria na relação de forças entre as meta-narrativas em competição relacionada com a proximidade da decisão vocacional “final” (deixar o Seminário ou preparar-se para a Ordenação).

Numa escala macro-social e macro-cultural, a investigação de McAdams (2006) sobre o texto identitário da “geratividade”, meta-narrativa com que a cultura americana “prefigura” ideologicamente as narrativas mitobiográficas dos adultos americanos, mostra claramente que como, na construção da boa *Gestalt* narrativa, o relativismo cultural se combina com um princípio transcultural. A auto-interpretação e a auto-avaliação exige a apropriação de um sistema semiótico normativo. Não há auto-consciência sem símbolos e metáforas culturais: uma história redige-se necessariamente de dentro da história.

2.2 Configuração: O ângulo da psicologia narrativa do desenvolvimento

Sob o ângulo da “configuração” (*mimesis II*), o processo de “personalização” ou de emergência de “personalidade” confunde-se com a actualização da competência narrativa: a redacção relacional de uma história a que um interlocutor chama “eu”. Num projecto heurístico particular, a captação da “configuração” exige o registo de performances linguísticas, mediante observação de processos conversacionais, mais ou menos livres e informais com terceiros, ou mediante realização de uma ou várias entrevistas, com graus diversos de estruturação. Entre os vários guiões de entrevistas narrativas semi-estruturadas (*life story interview*), destacam-se dois modelos distintos: um que demonstra uma espécie de neutralidade teórica, com afinidades evidentes com a investigação *grounded*, promovendo a adaptação do questionário ao contexto semântico e pragmático (Atkinson, 1998, 2007), e um outro que manifesta uma sólida ancoragem numa teoria narrativa desenvolvimental da personalidade (McAdams, 1996), cuja inspiração maior se encontra na descrição eriksoniana do ciclo vital (v.g., Erikson, 1959; 1975), ainda que sem visar constituir-se como metodologia psicobiográfica (Erikson, 1958, 1969).

O modo de construção das questões e o estilo de condução da entrevista obedece a dois eixos fundamentais: o eixo micro/macro e o eixo qualitativo/quantitativo. Neste sentido, o objecto de análise pode consistir no macro-processo narrativo inerente à *estória de vida* como um todo em movimento (v.g., Baddeley & Singer, 2007), mas pode também residir em diversíssimos micro-processos narrativos, como, por exemplo, os fragmentos diegéticos que atravessam todas as trocas conversacionais informais (Ochs & Capps, 2001) ou as narrativas que exprimem uma subcomponente identitária (como os dilemas morais-sexuais; Tolman, 2002) ou um tipo *sui generis* de episódios (como os episódios de perda; Neimeyer, 2001). No que concerne a articulação entre metodologia qualitativa e quantitativa, a investigação narrativa (v.g., Chase, 2005; Riessman, 2008) integra crescentemente duas “leituras” subsidiárias: uma leitura orientada para a “hermenêutica imanente” (que recusa o princípio do *Besserverstehen* e procura, portanto, encontrar no próprio texto a chave da sua inteligibilidade) e uma leitura “teoricamente informada” que parte de uma grelha categorial, susceptível de úteis comparações quantitativas inter- e intra-sujeitos (veja-se, para um exemplo simples e criativo de abordagem micro-narrativa associada a um protocolo de tratamento semântico qualitativo e quantitativo, Raggat, 2006).

2.3 Refiguração: O ângulo ético da intervenção psicológica narrativa

Na ordem da eficácia simbólica, distintiva da “refiguração” (*mimesis III*), *a vida do narrador funde-se com estória narrada*: o acto narrativo exhibe um efeito perlocutório “absoluto” – a criação do seu criador. O imperativo ético primordial da “relação de ajuda” torna-se, assim, a abertura de um espaço potencial: o espaço do jogo “livre” da auto-escrita, integrando escrita, leitura e reapropriação colaborativas das melhores possibilidades de *sentido* (Anderson & Goolishian, 1992; White & Epston, 1990; White, 2007). A promessa de uma renovação das noções de intersubjectividade e de empatia, fundada na *compreensão narrativa* como paradigma do encontro interpessoal, tornou-se também um leit-motiv da *ética do cuidado* (*care ethics*), transversal a todas as profissões relacionais (inclusive a Medicina, convocada historicamente para dividir e unir arte e ciência, sentidos vividos e corpos neutros; Charon, 2006).

CONTACTO PARA CORRESPONDÊNCIA

Paulo Renato de Jesus, Universidade Lusófona do Porto (rua Augusto Rosa, nº 24; 4000-098 Porto), paulorenatus@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anderson, H., Goolishian, H. (1992). The client is the expert: A not-knowing approach to therapy. In S. McNamee & K. J. Gergen (Eds.), *Therapy as social construction* (pp. 25-39). London: Sage.
- Atkinson, R. (1998). *The life story interview*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Atkinson, R. (2007). The life story interview as a bridge in narrative inquiry. In J. Clandinin (Ed.), *Handbook of Narrative Inquiry: Mapping a Methodology* (pp. 224-245). Thousand Oaks: Sage.
- Baddeley, J., & Singer, J. (2007). Charting the life story's path: Narrative identity across the life span. In J. Clandinin (Ed.), *Handbook of Narrative Inquiry: Mapping a Methodology* (pp. 177-202). Thousand Oaks: Sage.
- Bakhtin, M. (1981). *The Dialogic Imagination*. Austin: University of Texas Press.
- Bruner, J. (1990). *Acts of Meaning*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Burke, K. (1945). *A grammar of motives*. Berkeley: University of California Press.
- Charon, R. (2006). *Narrative medicine: Honoring the stories of illness*. Oxford: Oxford University Press.
- Chase, S. E. (2005). Narrative inquiry: Multiple lenses, approaches, voices. In N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.), *The Sage Handbook of Qualitative Research* (pp. 651-679). Thousand Oaks: Sage.
- Derrida, J. (1967). *De la grammatologie*. Paris: Minuit.
- Dilthey, W. (1992). *Der Aufbau der geschichtlichen Welt in den Geisteswissenschaften, Gesammelte Schriften, VII. Band*. Stuttgart: B. G. Teubner.
- Erikson, E. (1958). *Young man Luther: A study in psychoanalysis and history*. NY: Norton.
- Erikson, E. (1959). *Identity and the life cycle*. New York: Norton.
- Erikson, E. (1969). *Gandhi's truth: On the origins of militant nonviolence*. NY: Norton.
- Erikson, E. (1975). *Life history and the historical moment*. New York: Norton.
- Freeman, M. (1993). *Rewriting the self: History, memory, narrative*. London: Routledge.

- Freeman, M. (2007). Autobiographical understanding and narrative inquiry. In J. Clandinin (Ed.), *Handbook of Narrative Inquiry: Mapping a Methodology* (pp. 120-145). Thousand Oaks: Sage.
- Gergen, K. J. (1992). *The Saturated Self: Dilemmas of Identity in Contemporary Life*. New York: Basic Books.
- Gergen, K. (1994). *Relationships and realities: Soundings in social construction*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Gergen, K. (2009). *Relational being: Beyond self and community*. Oxford: Oxford University Press.
- Goffman, E. (1961). *Asylums: Essays on the social situation of mental patients and other inmates*. New York: Anchor.
- Greimas, A. J. (1966). *Sémantique structurale: recherche de méthode*. Paris: Larousse.
- Harré, R. (1989). Language Games and the Texts of Identity. In J. Shotter & K. J. Gergen (Eds.), *Texts of Identity*. London: Sage.
- Hermans, H. J. & Kempen, H. J. (1993). *The Dialogical Self: Meaning as Movement*. San Diego: Academic Press.
- Harré, R. & Gillett, G. (1994). *The Discursive Mind*. London: Sage.
- Heidegger, M. (2008). *Being and Time*. New York: Harper.
- Jesus, P. (2003). Vida, expressão e compreensão em *Der Aufbau* (1910) de Dilthey. In A. Cardoso e J. Justo (Orgs.), *Sujeito e Passividade* (p.151-174). Lisboa: Colibri.
- Jesus, P. (2008a). *Poétique de l'ipse: Etude sur le 'Je pense' kantien*. Bern: Peter Lang.
- Jesus, P. (2008b). *Self-generative anxiety and irony: unstable religious life-narratives*. Paper apresentado in *The Fifth Conference on the Dialogical Self* (Cambridge).
- Kegan, R. (1982). *The evolving self: Problem and process in human development*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Lévi-Strauss, C. (1964). *Mythologiques, t. I: Le Cru et le cuit*. Paris: Plon.
- MacIntyre, A. (1985). *After Virtue: a study in moral theory*. London: Duckworth.
- McAdams, D. P. (1996). *The stories we live by: Personal myths and the making of the self*. New York: Guilford.
- McAdams, D. P. (2006). *The redemptive self: Stories Americans live by*. Oxford: Oxford University Press.
- Neimeyer, R. (Ed.) (2001). *Meaning reconstruction and the experience of loss*. Washington, DC: APA.

- Ochs, E., & Capps, L. (2001). *Living narrative: Creating lives in everyday storytelling*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Polkinghorne, D. E. (1988). *Narrative Knowing and the Human Sciences*. Albany: State University of New York Press.
- Raggat, P. (2006). Multiplicity and conflict in the dialogical self: A life-narrative approach. In D. P. McAdams, R. Josselson, & A. Lieblich (Eds.), *Identity and story: Creating self in narrative*. Washington, DC: APA.
- Ricœur, P. (1983). *Temps et récit 1: L'intrigue et le récit historique*. Paris: Seuil.
- Ricœur, P. (1984). *Temps et récit 2: La configuration dans récit de fiction*. Paris: Seuil.
- Ricœur, P. (1985). *Temps et récit 3: Le temps raconté*. Paris: Seuil.
- Ricœur, P. (1986). *Du texte à l'action: Essais d'herméneutique II*. Paris: Seuil.
- Ricœur, P. (1990). *Soi-même comme un autre*. Paris: Seuil.
- Riessman, C. (2008). *Narrative methods for the human sciences*. Thousand Oaks: Sage.
- Sarbin, T. (1986). The narrative as root metaphor for psychology. In T. Sarbin (Ed.), *Narrative psychology: The storied nature of human conduct* (pp. 3-21). New York: Praeger.
- Sarbin, Th. R. (1994). Steps to the Narratory Principle: an autobiographical essay. In D. J. Lee (Ed.), *Life and Story: Autobiographies for a Narrative Psychology*. Westport: Praeger.
- Tengelyi, L. (2005). *L'histoire d'une vie et sa région sauvage*. Grenoble: Millon.
- Tolman, D. (2002). *Dilemmas of desire: Teenage girls talk about sexuality*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- White, M. & Epston, D. (1990). *Narrative means to therapeutic ends*. NY: Norton.
- White, M. (2007). *Maps of narrative practice*. NY: Norton.
- Wittgenstein, L. (1953). *Philosophical investigations*. Oxford: Blackwell.